

## Lançado Fórum pela Seguridade Social

No Dia do Economista, várias entidades se uniram para lançar o Fórum pela Seguridade Social, com objetivo de mostrar para a sociedade que o chamado “rombo” da Previdência Social não passa de falácia neoliberal. O lançamento do Fórum inaugurou o novo auditório do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, com as palestras do ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, do economista e vice-presidente do Conselho, Paulo Passarinho, e das professoras Lena Lavinhas e Denise Lobato Gentil, do Instituto de Economia da UFRJ. **Página 6**



### 3 Economistas questionam hegemonia do pensamento único

Coletivo Crítica Econômica cria portal na internet

### 12 Temática social vence Prêmio de Monografia Celso Furtado

SUS e a energia consumida pelos pobres foram temas dos vencedores.

## editorial

## Outras vozes sobre o mesmo tema

■ Nesta edição, a voz do ex-ministro, Raphael de Almeida Magalhães é encorpada por um conjunto de outras vozes da academia e da sociedade civil e política, que vocalizam e ecoam o mesmo sentimento e conteúdo já publicado na edição passada deste *JE*: a Previdência Social não tem rombo e nem desequilíbrio.

Pelo contrário, a Previdência é, junto com a Saúde e a Assistência Social, um dos tripés componentes do sistema de Seguridade Social, o qual é dotado de uma “arquitetura financeira” que lhe garante o atendimento de seus objetivos – o pagamento de aposentadorias e pensões e a prestação dos serviços públicos de saúde e assistência à população – ainda lhe proporcionando superávits que bem poderiam estar sendo aplicados em benefício da coletividade, mas que terminam sendo sugados pelo Tesouro Nacional para o pagamento dos juros exorbitantes da dívida pública. Ou seja, deixa-se de atender ao bem comum para satisfazer a ganância dos rentistas que engordam seus capitais apropriando-se dos recursos públicos.

O tema foi abordado pelo próprio ex-ministro da Previdência e economistas que participaram, no último 13 de agosto, das comemorações do Dia do Economista, que além da inauguração do novo auditório do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro teve o lançamento do Fórum pela Seguridade Social. O tema, aliás, é o foco do livro também lançado no mesmo dia, “Arrecadação (de ontem vem?) e gastos públicos (para onde vão?)”, organizado pelo economista e professor da UFRJ, João Sicsú.

Esta edição traz ainda uma análise comparativa do orçamento da educação executado tanto em nível municipal quanto estadual, com conclusões que não frequentam as páginas da mídia hegemônica, a chamada “grande imprensa”. E uma novidade para a avaliação sua, leitor/leitora: os trabalhos do coletivo *Crítica Econômica*, criado recentemente e já com suas contribuições disponíveis em um portal da internet. O alvo é oferecer alternativas de olhares sobre as questões econômicas, fora do campo hegemônico do nefasto pensamento único – o do neoliberalismo.

Uma boa leitura.

## Na próxima edição:

As conclusões do XVII Congresso Brasileiro de Economia. Os resultados do plebiscito da Vale do Rio Doce..

## SUMÁRIO

3 Crítica econômica  
**Quem ganha com a hegemonia do pensamento único?**

4 Polêmica  
Ricardo Summa  
**Resposta a Schwartzman**



Foto Samuel Tosta

11 Conjuntura  
Rafael Vieira  
**Vantagens e desvantagens do gás natural para o consumidor**

12 Debate  
Nivalde J. de Castro  
**Monografia, competitividade e credibilidade do economista**

13 XVII Prêmio Anual de Monografia  
**Temáticas sociais marcam Prêmio Celso Furtado**

14 Fórum Popular de Orçamento  
**O golpe na educação**

16 **Prêmio de Jornalismo 2007 será aberto também a economistas**

6 Especial - Dia do Economista  
**Entidades lançam Fórum pela Seguridade Social**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br)

**JE** JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sergio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - [rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com) • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

## CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900  
**Telefax:** (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
**Internet:** <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto  
**Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

## SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535  
**Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coordenador Geral:** Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

# Quem ganha com a hegemonia do pensamento único?

Publicamos, a seguir, texto de apresentação de um novo coletivo de discussão, reflexão e debate de idéias econômicas, com endereço na internet. Na página seguinte, uma contribuição do economista e doutorando Ricardo Summa, do Coletivo Crítica Econômica.

Poucas coisas se mostraram tão danosas ao desenvolvimento das nações quanto a hegemonia de pensamento. Desde a implementação do Plano Real, os cânones da ortodoxia defendem que a estabilidade monetária, o equilíbrio orçamentário, reformas institucionais, privatizações e a abertura desregulada ao mercado externo seriam condições necessárias (e suficientes) para a promoção do desenvolvimento econômico. Passada década e meia, o Brasil aproxima-se de sua terceira década perdida, sofrível não apenas pelos índices pífios de crescimento, mas especialmente em função da vergonhosa desigualdade social. Apesar dos resultados medíocres, as políticas ortodoxas penetraram não só nas estruturas de tomada de decisão, mas se tornaram quase um coro uníssono no debate público mediado pela imprensa nacional.

O mais inquietante é que qualquer economista bem formado sabe que a ortodoxia atual, baseada na teoria dominante, está permeada de pressupostos e hipóteses *ad-hoc* que afastam a análise eco-

Como é sabido, o excedente social gerado no processo de produção não se concentra exclusivamente nas mãos de quem o extraiu, mas é dividido, após sua monetização, entre várias outras classes sociais. É aqui que o Estado exerce uma de suas funções cruciais: a redistribuição do excedente por meio da política econômica.

O Brasil é um caso exemplar de transferência em favor da classe capitalista rentista. Por meio de taxas de juros tecnicamente injustificáveis, superávit fiscal irracional, tributação injusta e repetidas tentativas de redução dos benefícios sociais (como aqueles ligados à Previdência) experimentamos uma transferência direta de renda da classe que vive do trabalho e paga impostos para a classe capitalista, na sua versão rentista. A razão pela qual a teoria ortodoxa é largamente aceita pelos principais agentes econômicos não está no seu pretensão avanço dentro da ciência, mas sim no seu papel como elemento de favorecimento dos interesses de classe. Obviamente, são esses agentes os principais beneficiários de tais políticas.

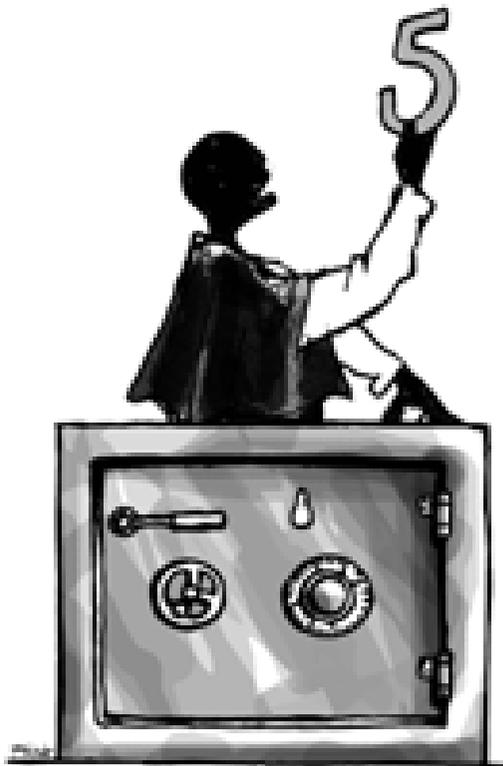
*Crítica Econômica* vem contribuir para o debate, defendendo a desconstrução da hegemonia de pensamento por meio de novas idéias e proposições de intervenção pública, a fim de colaborar para a construção de um país desenvolvido e progressista.



nômica demasiadamente da realidade. Tais considerações apriorísticas fazem com que o mecanismo de mercado que leva a economia ao pleno emprego sobreviva apenas como uma crença ideológica. Ademais, é recorrente que trabalhos empíricos embasados na corrente ortodoxa acabem por verificar o não funcionamento de seus próprios postulados, num claro (e amoral) processo de “tortura dos dados”, a fim de “provar” as relações pressupostas.

Mas se a ortodoxia econômica não resulta em êxito nem do ponto de vista prático e nem ao menos teórico, por que prevalece como dominante, defendida pelos principais agentes e utilizada como base pelos formuladores de políticas?

\*<http://criticaeconomica.wordpress.com/>



Com o objetivo de agregar as mentes irrequietas que buscam a construção de projetos de geração de crescimento econômico e justiça social, acaba de nascer *Crítica Econômica*, coletivo composto por economistas heterodoxos, que está sistematizando idéias críticas à política econômica aplicada ao Brasil e à base teórica que a sustenta. Tendo como referencial teórico Kalecki, Keynes, Marx e Sraffa e seus seguidores, entramos no debate público com o propósito de mostrar que não só outras políticas econômicas são necessárias, como também que não existe coisa tão falaciosa quanto o mito do déficit na Previdência brasileira, por exemplo.

Nossos debates propõem novas formas de interpretar e conduzir a política fiscal, monetária e cambial, discutir políticas de desenvolvimento e fomentar as idéias sobre desigualdade de renda e riqueza. Todos estão convidados a iniciar esse debate pelo blog do grupo (<http://criticaeconomica.wordpress.com/>) e a colaborar com a disseminação de idéias críticas por meio dos seminários, publicações e atos públicos que se seguirão.

## Resposta a Schwartzman

## Políticas do BC provocam elevado custo social

Em recente debate publicado na *Folha de S. Paulo*, Alexandre Schwartzman polemiza com Luis Antonio de Oliveira Lima, a respeito da validade do conceito de NAIRU (sigla em inglês para taxa de desemprego não-aceleradora da inflação) e dos mecanismos tradicionais de controle de inflação. Anteriormente, no *Valor Econômico*, Lima escreveu o artigo “Friedman, metas de inflação e o Coelho da Páscoa” (*Valor*, 20/7/2007).

■ Ricardo Summa\*

Schwartzman começa seu texto “Ousando dizer seu nome (FSP, 08/08/2007)” com uma provocação ao seu debatedor: “Não tenho como hábito responder a pessoas com problemas para soletrar”. A fixação pela capacidade de soletrar me remete àqueles filmes norte-americanos

de sessão da tarde, de concursos de soletrar, e deve ter sido adquirida por Schwartzman quando lá fez seu PhD. Mas Schwartzman parece ter trazido dos EUA mais do que hábitos estranhos, infelizmente. Trouxe teorias que soam tão estranhas quando verificadas à luz dos dados brasileiros, quanto sua fixação por habilidades de soletrar. Mais que isso, a provocação carece de sentido quando se trata de um debate escrito, o que, já no nível do sarcasmo, demonstra a total falta de senso de Schwartzman com o mundo real. Afinal, na atividade acadêmica pouco importa a capacidade de soletrar, mas, sim, é vital a capacidade de leitura e reflexão crítica. Aí está o maior defeito de Schwartzman, que parece não ter lido e refletido sobre alguns conceitos e documentos. Vamos a eles.

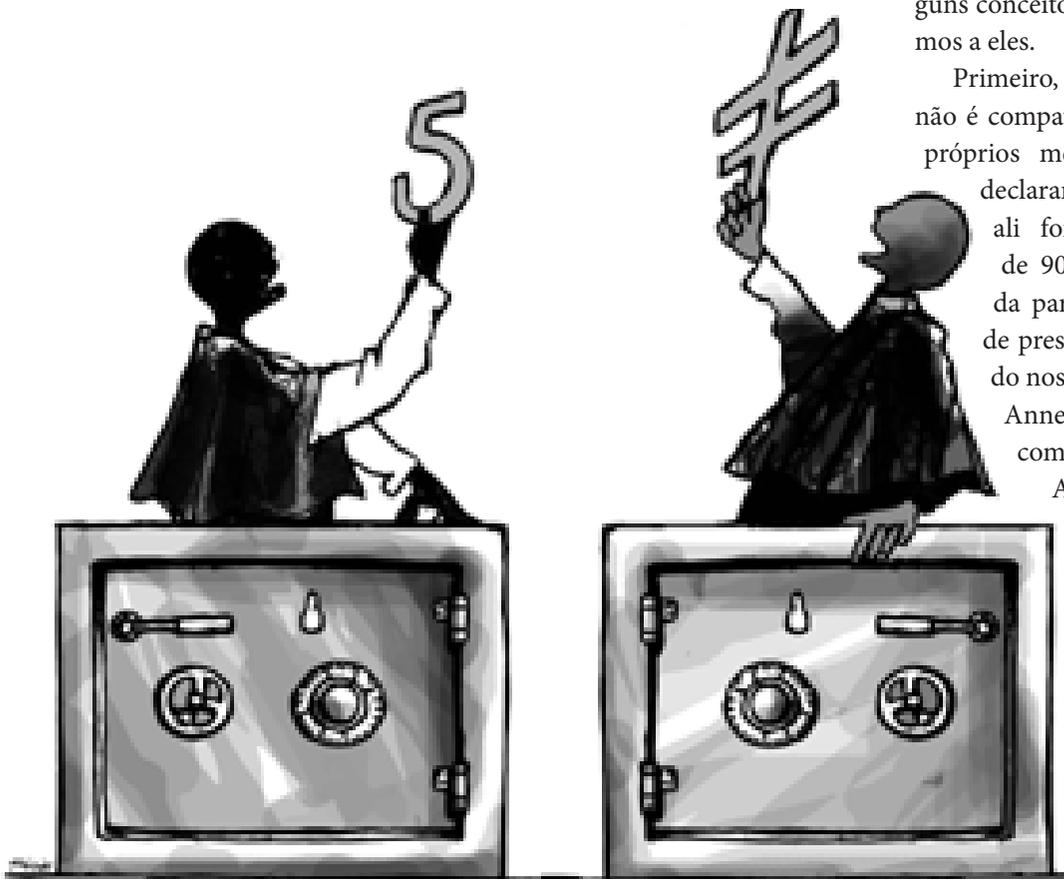
Primeiro, o tom de arrogância não é compatível com o que seus próprios mestres da ortodoxia declararam sobre os PhDs ali formados, na década de 90. Na comissão criada para investigar a perda de prestígio do PhD formado nos EUA – presidida por Anne Krueger e que tinha como membros Lucas, Arrow, Blanchard entre outros – descobriram<sup>1</sup> que o sistema de PhD estava gerando “*idiot savants*”, capazes de solucionar métodos sofisticados de matemática, porém, incapazes de resolver problemas elementares de econo-

mia do mundo real. Schwartzman, como bom PhD, formado naquela época, parece incapaz de adequar provocações e teorias econômicas para a realidade brasileira.

Schwartzman também parece não ter refletido sobre a diferença entre elementos da contabilidade nacional e teoria econômica. No mencionado artigo, Schwartzman busca ridicularizar o argumento apresentado por Lima, afirmando que, uma vez que alguém põe em dúvida o conceito de NAIRU, todo o instrumental analítico também deveria ser questionado, inclusive a noção de PIB. No entanto, a discussão sobre a medição do PIB é técnica, ainda que teorias econômicas tenham visões alternativas sobre como o produto é gerado e distribuído, ao passo que a discussão sobre a NAIRU se refere a uma teoria econômica muito particular, e que é testável, empiricamente.

Afinal, todos acreditam que existe e é possível medir um produto interno, apesar de questionamentos técnicos sobre sua medição e, o mais importante, isso pouco importa para a implementação de política econômica. A hipótese teórica da NAIRU, ao contrário, é sujeita a muitos questionamentos, pois depende da validade empírica da proposição de que a inflação se acelera com a diminuição do desemprego abaixo de um nível “natural” (há também a versão da NAICU, que a inflação se acelera com o aumento da utilização da capacidade produtiva acima de um nível normal), e tem grande importância para a implementação de política monetária.

Os teóricos ortodoxos não esclarecem, no entanto, que, para



que ocorra a NAIRU, é necessário que exista inércia total, ou seja, mecanismos automáticos de realimentação da inflação que façam que a inflação presente seja exatamente igual à passada, além dos choques de oferta e pressões de demanda.

Testando a hipótese<sup>2</sup>:

cus. Rejeitamos, assim, a hipótese de que as expectativas são formadas de maneira independente da inflação passada.

Nesse ponto, Schwartzman parece desconhecer as próprias dificuldades de sustentação do modelo de inflação aceleracionista encontradas pelas estimativas do

**Tabela 1 – Inércia inflacionária por IPCA**

Dependent Variable: IPCAM, Method: Least Squares				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.119480	0.049252	2.425921	0.0187
IPCAM(-1)	<b>0.710360</b>	0.071309	9.961765	0.0000
R-squared	<b>0.651858</b>			

A tabela 1 demonstra que não há inércia total, e sim, inércia parcial. Se houvesse inércia total, o valor em negrito deveria ser de 1,00. O valor estimado de 0,71 demonstra que a inflação perde força e só se sustenta no mesmo nível se houver choques de oferta e demanda persistentes. Dessa maneira, pressões de demanda têm efeito no nível da inflação e não na aceleração da inflação.

Outra possibilidade de haver aceleração da inflação é o caso em que existem expectativas racionais, ou seja, os agentes descobrem qual é a política do governo e a inflação passa a ser definida por eles, de maneira independente da inflação passada.

A tabela 2 demonstra que existe forte relação entre a inflação passada (últimos 12 meses) e as expectativas de inflação para o ano seguinte na data em que são formadas, medidas pelo Relatório Fo-

próprio Bacen<sup>4</sup>, que descobriu que o coeficiente encontrado em sua regressão “significa uma inércia muito baixa e, portanto, um ajuste da inflação e do produto mais rápido do que parece se verificar na realidade” (Bacen, 2000, p.100). Nesse ponto, o estudo do Bacen tenta subverter a lógica científica, pois, se a evidência empírica não suporta o modelo em mente, opta-se “por uma solução pragmática” (Bacen, 2000, p.100)<sup>5</sup>. Em outras palavras, para salvar o modelo se manipula os dados.

Isso posto, deve-se rejeitar completamente a hipótese aceleracionista da inflação. Observando os dados, podemos notar que, para o período do sistema de metas de inflação, não há nenhuma relação entre aceleração de inflação e aquecimento da demanda:

Utilizamos o gráfico com a variável de utilização da capacidade de como medida do aquecimento

**Tabela 2 – Relação entre expectativa de inflação e inflação passada<sup>3</sup>.**

Dependent Variable: FOCUS, Method: Least Squares				
Sample: 2002:12 2007:07				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	2.705643	0.299361	9.038056	0.0000
IPCA	<b>0.406242</b>	0.036193	11.22439	0.0000
R-squared	<b>0.699978</b>			

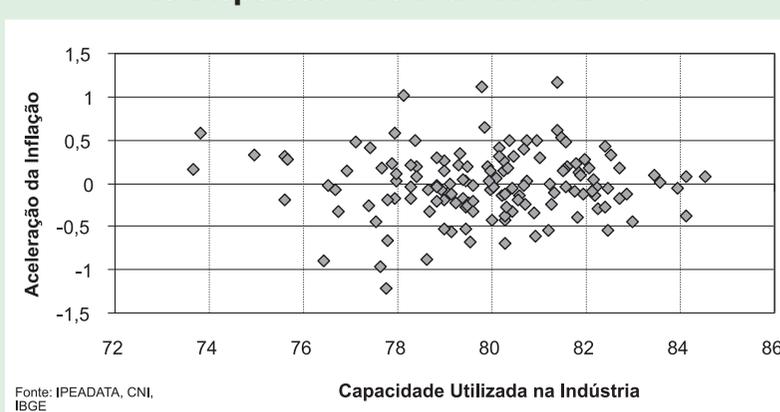
da demanda, pois em um país com média de 10% de desemprego (segundo os dados oficiais), mais uma enorme quantidade de trabalhadores com “emprego” no setor informal, chega a ser tão estranho importar uma teoria de “desemprego natural” quanto é estranha a fixação por habilidades em soletrar, no Brasil. Infelizmente, quando não são manias pessoais e sim teoria econômica descolada da realidade, que se transforma em política econômica do Bacen, resulta em desastre econômico (crescimento abaixo da média mundial, desemprego e alto nível de informalidade).

Assim, reiteramos não pertenc-

mos a nenhuma das duas tribos em conflito: não acreditamos nem que inflação gera aceleração do crescimento e nem que o crescimento da demanda acelera a inflação. Acreditamos que a inflação brasileira depende de fatores de oferta e distributivos e que a inércia não é total. Dessa forma, a política do BC em derrubar a demanda agregada para colocar a inflação dentro da meta não faz nenhum sentido e traz um custo social enorme.

\* Economista, doutorando em Economia no IE/UFRJ e membro do Coletivo Crítico Econômica.

**Gráfico 1 – Diagrama de Dispersão – Período 1999-2006**



Fonte: IPEADATA, CNI, IBGE

Fonte: Freitas, A. (2006): Uma interpretação heterodoxa para as relações de taxa de juros, câmbio e inflação no Brasil, 1999-2006, Dissertação de Mestrado, IE-UFRJ.

1 Report of the commission on Graduate Education in Economics, Journal of Economic Literature, vol XXIX, setembro de 1991.

2 É importante notar que foram testadas diversas defasagens diferentes e nenhuma deu significativa quando estimadas em conjunto com o parâmetro constante. Como o parâmetro deu significativo, optou-se por mantê-lo.

3 A propósito: a partir dos testes ADF e Teste de Cointegração, verifica-se que as variáveis são não estacionárias e cointegram.

4 Órgão do qual foi Diretor e adora ressaltar tal fato em seu curriculum. Relatório de inflação do BCB, Março 2000.

5 A solução pragmática encontrada foi somar coeficientes de duas regressões diferentes para tentar aproximar o modelo da inércia total, e assim justificar a necessidade de derrubar a demanda quando a inflação chega próxima à meta via aumento da taxa de juros.

# Entidades lançam Fórum pela Seguridade Social



A comemoração do Dia do Economista, promovida pelo Conselho Regional de Economia e pelo Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, foi marcada por diversas atividades que inauguraram o novo auditório do Corecon-RJ. Houve a entrega das premiações do XVII Prêmio Anual de Monografia Economista Celso Furtado, o lançamento do livro "Arrecadação (de onde vem?) e Gastos Públicos (para onde vão?)," da Boitempo Editorial, e a criação do Fórum pela Seguridade Social, com as palestras do ex-ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, e dos economistas Paulo Passarinho, vice-presidente do Conselho, Denise Lobato Gentil e Lena Lavinias, ambas do Instituto de Economia da UFRJ.

Organizador do livro lançado pela Boitempo Editorial, o economista e professor João Sicsú, da UFRJ, coordenou os debates, lembrando que o Fórum pela Seguridade Social é uma iniciativa de diversas entidades, como os Conselhos Regionais de Economia do Rio de Janeiro, Brasília, Pernambuco, Rio Grande do Norte, mais o Sindicato dos Economistas do Rio, a Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego, Fundação Rosa Luxemburgo e o Curso de Pós-Graduação da PUC-SP.

Primeiro a falar, o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães fez um amplo relato do período em que esteve à frente da pasta da Previdência Social, de fevereiro de 1986 a outubro de 1987, inclusive das advertências que recebeu de alguns membros da equipe econômica do governo da época, sobre os problemas de caixa que enfrentaria no comando do ministério. Contudo, lembrou o ex-ministro, até mesmo como fruto do Plano Cruzado (fevereiro de 1986) a Previdência, em sua gestão e nas seguintes, chegou a obter superávits superiores a US\$ 1 bilhão e a destinar 30% de seu caixa para a pasta da Saúde.

## Sistema é superavitário

Raphael lembrou algumas adversidades que teve de enfrentar e de resolver, ou, até mesmo, de conviver, como o acordo firmado, à época, entre o PMDB e o PFL, na transição democrática, que garantia ao deputado federal mais vo-

tado em cada município o poder de indicar o representante daquele município no Funrural. "Eram situações delicadas", observou, lembrando também que, na época, os recursos previdenciários permaneciam até 30 dias nos bancos, sendo diluídos pela alta inflação do período, e que ele teve de dar fim, mesmo diante da forte reação dos banqueiros.

Ele reafirmou, em sua palestra, alguns pontos abordados na entrevista ao *JE*, publicada na edição passada (agosto), como o equilíbrio da Previdência Social depender, linearmente, da saúde da economia; ou o princípio que conseguiu estabelecer, de que as contas do sistema de Seguridade Social seriam ajustadas pela receita e não pelo corte nas despesas, e que acabou prevalecendo no texto final do capítulo sobre a Seguridade Social aprovado pelos constituintes de 1988.

Nesta época da promulgação da Constituição Cidadã, como a qualificou o falecido deputado Ulysses Guimarães, Raphael de Almeida Magalhães já estava fora do comando da Previdência e os rumos da economia brasileira estavam sob as rédeas do então ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. O ex-ministro lembrou o que disse, na promulgação da nova Carta Constitucional, logo após o discurso de Ulysses, o então presidente da República, José Sarney, que em tom de advertência, "ecoando o pensamento de Mailson, declarou que, com aquela Constituinte, o país seria ingovernável, bordão que está aí até hoje".

Conforme o ex-ministro, foi no período de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República que o Tesouro Nacional “passaria a mão” nas contribuições sociais (Cofins, CSLL) que constituíam receitas do sistema da Seguridade Social, para fazer o superávit primário e pagar juros da dívida pública.

Raphael finalizou sua palestra lembrando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) sobre este desvio de finalidade e uso das contribuições sociais, que adormece até hoje no Supremo Tribunal Federal. E reafirmando sua defesa de que sejam devolvidos ao sistema previdenciário “os recursos roubados” da Previdência, bem como extinta a aposentadoria por tempo de serviço e também “esta cultura de que a Previdência é deficitária. Ela não o é. Pelo contrário, o sistema de Seguridade Social é superavitário, se respeitados os princípios constitucionais”.

### Nova ofensiva liberal

O vice-presidente do Corecon-RJ, Paulo Passarinho, iniciou sua palestra exatamente pelo ponto destacado no encerramento da exposição do ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães. Destacando que há em curso “uma nova ofensiva sobre a Previdência Social”, o economista e conselheiro apontou para o fato de “termos um Orçamento Público aprisionado pelo setor financeiro” quando, na verdade, “se for respeitada a arquitetura financeira montada pelos constituintes de 1988 a Previdência e todo o sistema de Seguridade Social são superavitários”.

O economista expôs os números oferecidos pelos trabalhos de acompanhamento do orçamento da Seguridade Social elaborados pela Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anfip), que reforçam e demonstram esta afirma-

ção de que o sistema de Seguridade Social, no qual a Previdência está inclusa, é superavitário. Em 2005, por exemplo, o total das receitas, considerando-se as contribuições sociais, mais os recursos próprios dos órgãos que constituem a Seguridade Social e a contrapartida do Orçamento Fiscal, prevista em lei,



O ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães defendeu a devolução à Previdência dos recursos que foram desviados e Paulo Passarinho mostrou números que comprovam que a Previdência é superavitária



Fotos Samuel Tosta

somou o montante de R\$ 278,1 bilhões. As despesas, incluindo benefícios previdenciários, assistenciais, saúde, assistência social, custeio de pessoal e outros benefícios, mais ações judiciais e complementação do FGTS, totalizaram R\$ 221,2 bilhões. “Ou seja, somente no ano de 2005 houve um superávit – abatidas todas as despesas do sistema – de R\$ 56,8 bilhões”, ressaltou Paulo Passarinho, com base nos dados da Anfip.

Ele refutou também os argumentos que vêm sendo “brandidos” pelos liberais, em relação à viabilidade da Previdência pelo regime de repartição, em que as novas gerações que estão na ativa sustentam, com suas contribuições, o pagamento dos benefícios dos que estão inativos e aposentados. Tais argumentos, conforme Passarinho, tomam por base um suposto déficit que virá pela frente, resultante do envelhecimento da população brasileira, com o aumento crescente da expectativa de vida

da população.

“Os liberais se aproveitam e se apropriam do que ocorre em outros países para, de forma terrorista, tentar convencer a sociedade que seus falsos temores têm fundamento”, disse, contrapondo à argumentação dos liberais as projeções elaboradas pelo IBGE. Segundo os dados dessas projeções, se é verdade que hoje a população com 65 anos ou mais corresponde a 5% do total, percentual que se elevará a 20%, em 2050, é verdade também que a população em idade ativa, isto é, na faixa dos 15 aos 65 anos, a partir do ano 2000 apresenta trajetória ascendente até 2020, declinando levemente a partir daí, 2020, até 2050.

“É importante frisar e contrapor a este terrorismo liberal que esta faixa da população em idade ativa mantém-se em torno de 65% e até acima deste percentual, declinando muito pouco só a partir de

2040, quando recua para algo em torno de 64%”, afirmou Paulo Passarinho, para concluir: “Ou seja, o regime de repartição é plenamente viável, diferentemente do que dizem os liberais, cujo interesse é apostar no sistema de capitalização e na previdência privada”.

### A sociedade como ator social

A professora Lena Lavinas, do Instituto de Economia da UFRJ, iniciou sua exposição lembrando a importância da sociedade enquanto ator social e político, como bem o têm demonstrados os europeus, em especial, alemães e franceses, que costumeiramente vão às ruas defender seus direitos contra as tentativas dos seus governos em adotar medidas neoliberais, reduzindo a segurança e o bem-estar social da população sob a falácia dos fundos de previdência privada,



## Especial Dia do Economista

cuja tradução prática, na vida das pessoas, é a redução na qualidade e nas condições de vida. No Brasil, na opinião da professora, “é inacreditável como as elites e a classe média ignoram e desconhecem, completamente, como são organizados e em que se baseiam esses fundos”.

A economista defendeu a vinculação com o salário mínimo das transferências monetárias diretas, que representam cerca de 80% dos gastos da Previdência, observando que destes gastos 95% são equivalentes ao salário mínimo, percentual que alcança 98% no meio rural. “Logo, se houver a desvinculação, como querem alguns, o resultado vai ser aumentar a miséria, a pobreza, a exclusão”, disse Lena Lavinas, na contramão das posições neoliberais que defendem a desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo, como alternativa para se evitar o que eles identificam como “aumento dos desequilíbrios da Previdência”.

Para a professora do Instituto de Economia da UFRJ, pelo contrário, a desvinculação vai acelerar ainda mais o processo de segregação da população, “com programas sociais mal desenvolvidos e com bolsa para tudo – bolsa-família, bolsa para policial, para presidiário, para as famílias vítimas da violência etc.” Daí, a importância e a necessidade de mobilização da sociedade brasileira em defesa da Previdência Social Pública, alvo do Fórum pela Seguridade Social, lançado por várias entidades no Dia do Economista.

### Os desvios de recursos

A economista Denise Lobato Gentil, também professora do Instituto de Economia da UFRJ, se apresentou como uma “fiscalista dos velhos tempos keynesianos, em que a política fiscal era promo-

tora do desenvolvimento”. Ela é autora da tese de doutorado que trata do tema “A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira: análise financeira do período 1990-2005”, para a qual pesquisou durante 17 anos a Previdência Social, examinando o seu fluxo de caixa durante anos seguidos.

Ela destacou o desafio que é

gência de uma nova reforma previdenciária para evitar o encontro marcado com o desastre fiscal”.

Um segundo mito, segundo a professora do IE-UFRJ, é o de que os gastos previdenciários são excessivos. “A discussão, agora, é que esses gastos são excessivos e impedem os investimentos públicos. Começaram em 4%, 5% do PIB e

contribuições ao INSS sobre a folha de pagamento, deduzidos os pagamentos dos benefícios.

“Só que este cálculo não leva em consideração as receitas da Previdência Social Pública, previstas no artigo 195 da Constituição”, observou Denise Lobato, lembrando as contribuições sociais para o sistema de Seguridade Social, prove-

Fotos Samuel Tosta



A professora Lena Lavinas afirmou ser inacreditável o desconhecimento sobre os fundos privados. Denise Lobato Gentil disse ser um desafio desmontar os mitos sobre o déficit da Previdência



desmistificar o “panorama sombrio” que é repassado pelo governo e acentuado pela grande mídia, a respeito do “mito” sobre o déficit da Previdência Social. “Esse mito é reforçado pela massificação de informações distorcidas e pelas opiniões de especialistas que são diariamente veiculadas pela imprensa”, disse, acrescentando: “Criou-se a falsa percepção de ur-

hoje estão em 8%”, disse. Ou, em números absolutos, o déficit previdenciário foi de R\$ 37,6 bilhões, em 2005, R\$ 42 bilhões, em 2006, projetando-se, para este 2007, R\$ 48 bilhões. Contudo, ela ressaltou que o que vem sendo chamado de “déficit previdenciário” é, a bem da verdade, “saldo previdenciário negativo”, isto é, o resultado do fluxo de caixa da soma das receitas das

nientes da Cofins, CSLL e CPMF, que financiam, além da Previdência, a Saúde e a Assistência Social. “Na verdade”, afirmou, “o que há é superávit operacional”. À exceção de 2003, quando o saldo foi negativo em R\$ 1,13 bilhão, nos últimos sete anos o balanço do Regime Geral de Previdência Social registra superávit operacional, que foi de R\$ 710,8 milhões, em 2000, alcançando R\$ 1,24 bilhão, em 2006.

“O que não nos é dito nem pelo governo e nem sai na imprensa é que parte da receita da Seguridade Social vai pagar pensões e aposentadorias de funcionários públicos do Legislativo, Judiciário e do Executivo, o que é injusto e inconstitucional porque eles já têm recursos próprios, previstos no Regime Próprio de Previdência do Servidor Público”, afirmou. Com

base em dados recolhidos a partir de pesquisa que realizou no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo (Siafi), de 1995 a 2006 os recursos da Seguridade Social desviados para o pagamento dessas pensões e aposentadorias de funcionários públicos totalizam cerca de R\$ 170 bilhões, enquanto, no mesmo período, foi aplicado na Seguridade Social o montante de R\$ 422,3 bilhões.

“Ou seja, um verdadeiro absurdo. Pode até ser que tenha amparo legal, mas isso não é legítimo”, disse a economista. Ainda com base nos dados colhidos junto ao Siafi, no mesmo período (1995-2006), o volume de recursos da Seguridade Social (de um total de R\$ 804,5 bilhões) desviado para aplicações fora do sistema totalizou quase R\$ 340 bilhões (sendo R\$ 152,6 bilhões referentes à DRU, mais recursos desviados para outros ministérios que não os da Previdência e da Saúde), restando ainda R\$ 43,4 bilhões sem identificação do tipo de aplicação. Estes últimos, conforme disse, “são recursos retirados do sistema e que não voltam pa-

ra o benefício da população e nem retornam à economia, sendo esterilizados, para o enxugamento da economia”, observou Denise Lobato Gentil, concluindo:

“Esse Estado está longe de ser falido, de ser um Estado com déficit. Ou seja, nem a Previdência Social Pública brasileira, nem a Seguridade Social instituída pela Constituinte de 1988 são deficitárias. Pelo contrário, elas são superavitárias”.



O professor João Sicsú coordenou os debates que inauguraram o novo auditório do Corecon-RJ



Fotos Samuel Tosta



A ex-senadora Heloísa Helena e Clemlilce Carvalho, da Afiperj, participaram dos debates

## COMENTÁRIOS

### Um tema que mexe com mentes e corações

Para a diretora da Associação dos Fiscais da Receita do Brasil (Afiperj), Clemlilce Carvalho, é lamentável que “o discurso do rombo na Previdência parta do próprio Ministério da Previdência Social”. Presente no debate do Dia do Economista que lançou o Fórum pela Seguridade Social, ela lembrou que a reforma previdenciária de 2003 só não foi pior porque houve mobilização e pressão social. A mesma receita – pressão com mobilização social – ela defende para que a DRU, a Desvinculação das Receitas da União, seja aplicada somente ao Orçamento da União e não ao da Seguridade Social, que deve ser exclusivo ao sistema. A ex-senadora Heloísa Helena, presidente do PSOL, também comentou as palestras que lançaram o Fórum, afirmando que o tema da Segu-

ridade Social “mexe com mentes e corações”, mas que a sociedade brasileira está cansada da “cantilena enfadonha e mentirosa” da reforma da Previdência. Ao mesmo tempo, observou, “o governo adota políticas sociais que condenam os pobres a serem eternamente pobres”. Ela citou dados do perfil epidemiológico do país, que apontam que 70% das mortes por enfermidades são de doenças que exigem atendimento hospitalar de média e alta complexidade.

“Diante desta cantilena neoliberal temos que mobilizar a sociedade brasileira e lutar para que haja investimento do setor público na saúde, especialmente, para este tipo de atendimento de média e alta complexidade”, disse Heloísa Helena.

Sonho  
realizado em  
**1 minuto?**

**Crédito** **minuto**

 **Banrisul**  
[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)

# Vantagens e desvantagens do gás natural para o consumidor

*“O segmento automotivo tornou-se um dos principais meios de expansão do uso do gás natural, onde a demanda média de um posto de revenda chega a 7 mil m<sup>3</sup>/dia. A expansão brasileira no segmento do GNV vem se dando mediante a frota de veículos leves, competindo, principalmente, com a gasolina.*

*(...) Contudo, um diferencial de preços favorável ao GNV em relação a seus concorrentes mais diretos, o álcool e a gasolina, deve ser mantido mesmo que esse diferencial seja dado por políticas fiscais distintas.”*  
(Cavalcanti, 2004.)

■ Rafael Vieira\*

O mercado consumidor absorveu bem, no que se refere à relação renda-consumo, o gás natural veicular (GNV) como substituto dos seus concorrentes, como destacou Cavalcanti, o autor acima citado. É necessário destacar que da adoção do sistema GNV ao seu uso pleno são apresentadas vantagens e desvantagens para o consumidor, reservando suas devidas proporções.

À guisa de vantagens tem-se, na relação menor gasto e custo do combustível (comparativamente aos existentes), preços diferenciados que possibilitam a denominada economia do orçamento doméstico, gerando saldos positivos e acúmulo para o consumidor (geração de poupança). Ocorrem ainda benefícios sobre a legalização do veículo junto ao órgão oficial de regulação, representando redução de custo com imposto da ordem de 35% a 45% do valor dos automóveis não convertidos para o uso do GNV.

Ainda no trânsito das vantagens, cabe ressaltar as novas tecnologias que ampliaram a capacidade de desempenho dos automóveis

com o uso de GNV, elevando o desempenho dos motores. Com isso, proporciona alcance de quilômetros por metro cúbico abastecido relativamente superior ao uso dos combustíveis concorrentes, e ainda na relação preço por litro e preço por m<sup>3</sup>.

Ainda no campo das vantagens, a tabela a seguir demonstra as diferenças de preço na oferta dos combustíveis.

Quanto à aquisição do ‘kit gás’, no Rio de Janeiro, por exemplo, o mercado apresenta alta flexibilidade para o acesso do equipamento, o que traduz aumento expressivo da frota convertida para o uso de GNV. Ressalte-se que este é, também, um reflexo de âmbito nacional, representando expressivos benefícios aos consumidores quanto ao uso do automóvel e garantia de continuidade de acesso em função do preço, além de agregar valor ao automóvel.

## Falta de manutenção

O contraponto face às vantagens apresentadas é que, na continuidade do uso do GNV, o fator manutenção sofre total abandono por parte do consumidor, pelo fato deste não assumir uma postu-

### Quadro I – Variação percentual comparada do preço ofertado do combustível

Preço Médio do GNV, R\$/m <sup>3</sup>	R\$ 1,19	
Preço Médio da Gasolina, R\$/litro	R\$ 2,44	0,51%
Preço Médio do Álcool, R\$/litro	R\$ 1,28	0,07%
Preço Médio do Diesel, R\$/litro	R\$ 1,67	0,29%

Fonte: IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo), ABGNV, INMETRO. 2005

ra conservativa e mantenedora do equipamento.

Quais as razões da culpa do consumidor na desvantagem? Em resposta, tem-se que considerar que todo e qualquer equipamento possui um tempo de vida útil (a condição de utilidade do bem e seu nível ótimo de produção) e, por isso, o monitoramento no uso e funcionamento dos sistemas que dependem do combustível é elemento fundamental para a garantia da economia no orçamento familiar ou orçamento doméstico.

Atentando para o uso do ‘kit gás’ nos carros populares e de luxo (em alguns casos), compreende-se que a relação km/litro e km/m<sup>3</sup> apresenta desempenhos diferenciados, variando de fabricante para fabricante e ainda com base no perímetro urbano.

Assim, como ponto alto da desvantagem no uso do GNV

atenta-se para a componente manutenção do equipamento, seguindo para a cultura da segurança, quanto ao abastecimento do cilindro, quer seja de 9m<sup>3</sup> quer seja de 18m<sup>3</sup>, suas vedações e anéis de conexão, etc.

E mais: se o consumidor optar por um automóvel usado que possua o ‘kit gás’, avaliar a procedência do automóvel pode ser um atenuante ao processo de economia para o interesse do consumidor.

Por fim, os benefícios trazidos pelo efeito substituição dos combustíveis na indústria automotiva, sobretudo pelo GNV, representam na atualidade sucessivos êxitos para o mercado consumidor, mesmo considerando as pressões para elevação de preços, já observadas no mercado nacional.

\* Economista e professor da Unigranrio. Correio: raelvieira@ig.com.br.

## Referências Bibliográficas.

ABGNV - Dados disponíveis no endereço <http://www.abgnv.org.br>, Março, 2005.

ANP - Dados de preços ao consumidor disponíveis no endereço <http://www.anp.gov.br>, Mar/2005.

CAVALCANTI, M. C. B. Ascensão do gás natural no mercado de combustíveis automotivos no Brasil. 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás – out/2005.

# Monografia, competitividade e credibilidade do economista

Desde 1984 os cursos de graduação de economia do Brasil passaram a exigir a elaboração de uma monografia como última etapa do processo de formação e qualificação do economista. Esta decisão foi tomada, à época, como resultado de uma ampla discussão levada pelos Conselhos de Economia, em especial pelo Corecon-RJ, de onde partiu, originalmente, a proposta.

■ Nivalde J. de Castro\*

A partir daquele ano, os cursos de economia passaram a criar estruturas e metodologias para incorporar a exigência da monografia. Hoje, próximos da comemoração dos 20 anos da defesa da primeira monografia, sob o novo currículo, podemos avaliar o quanto esta decisão contribuiu para a melhoria dos cursos. Em especial, para a formação de novas gerações de economistas mais preparados para os desafios que a profissão enfrenta, dada a dinâmica do mercado de trabalho e da sociedade como um todo. O objetivo deste artigo é analisar algumas variáveis que indicam o acerto desta decisão e a necessidade de manter a monografia nos cursos de economia.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que o exercício da profissão do economista, nas suas mais diferentes atividades e posições no mercado de trabalho, tem como elemento comum e central analisar um determinado fenômeno econômico e escrever o que podemos denominar, genericamente, como relatório técnico.

Até 2004, salvo algumas raras exceções, como o Curso de Economia da Faculdade Cândido Mendes de Ipanema, o preparo e a qualificação formal para atender esta

“demanda social” eram realizados somente para os economistas que ingressavam nos cursos de mestrado e doutorado, com a exigência da tese.

Nos cursos de graduação, o processo de aprendizado tinha como metodologia de processamento do conhecimento as aulas expositivas e a realização de provas, sem consulta, com os conteúdos de conhecimento definidos previamente e à revelia do interesse dos alunos. Como praticamente não existiam disciplinas eletivas e a possibilidade dos alunos em vez de fazer provas era elaborar trabalhos escritos e sobre temas do seu interesse, a capacitação profissional do futuro economista para a forma básica de exercício da profissão – escrever relatórios – mostrava-se deficiente. Esta deficiência passou a ser atacada pelo novo currículo de economia de 1984.

Desde esta época, e ainda hoje, verificam-se resistências por parte de vários cursos, normalmente aqueles vinculados a sociedades mantenedoras, em aceitar a exigência da monografia. Esta resistência tem como causa central a redução dos custos. Argumentam que a criação e manutenção de estruturas administrativas e de orientação docente implicam em custos mais elevados e bastante diferenciados em relação aos outros

cursos, o que inviabiliza a oferta de matrículas, neste ambiente mais competitivo, e que acabam por explicar a redução da demanda de matrículas de economia, em função do maior grau de exigência e rigor acadêmico frente aos outros cursos. Dentro desta lógica, pelo lado da oferta, o curso de economia tem custos maiores e, pelo da demanda, maior barreira à saída. Como resultado, o número de alunos matriculados em economia vem diminuindo no Brasil.

## Mudança no papel do Estado

A diminuição das matrículas nos cursos de economia é um fenômeno que, por exemplo, se verifica na maioria dos países da União Européia. A principal causa estaria associada à mudança no papel do Estado, saindo da sua função de produtor e de base do welfare state para o de regulador da atividade econômica, indicando assim uma perda de importância – e de oferta de emprego – na dinâmica econômica.

Esta mudança do papel do Estado se fez presente nos países subdesenvolvidos e com grande impacto no Brasil, desde o início da crise do México. A mudança das condições do financiamento e economia internacional impactaram

seriamente estes países, que se encontravam altamente endividados em moeda estrangeira. O desequilíbrio das contas externas e das principais variáveis macroeconômicas colocou esses países em situação desvantajosa nas negociações que ocorreram com o FMI.

O resultado foi a aplicação de políticas econômicas definidas dentro da onda do neoliberalismo, cuja máxima poderia ser resumida pela expressão do Estado mínimo. Em linhas gerais, esta nova dinâmica da economia mundial e nacional estaria na causa da redução das matrículas dos cursos de economia. Esta mesma origem explicaria o aumento explosivo das matrículas nos cursos de administração, certamente em razão da valorização das soluções de mercado derivadas da visão e proposta neoliberal para a sociedade.

No Brasil, um outro fator explicaria a perda de interesse nos cursos de economia: os inúmeros e fracassados planos de estabilização aplicados à sociedade brasileira, criando novas moedas e gerando processos inflacionários. Este é um fator que não deve ser menosprezado.

Como resultado deste processo, o número de matrículas nos cursos de economia diminuiu muito e muitos cursos encerraram suas atividades. Em nossa avaliação, este processo indica

que o curso de economia e a profissão caminham para um patamar mais restrito, menos de massa e mais elitista. Avaliamos que esta é a característica e a força social do economista. Esta hipótese se apóia na própria estrutura dos cursos e na formação generalista e sólida do economista.

A formação do economista coloca o aluno frente a blocos de disciplina de teoria e métodos quantitativos, onde o raciocínio abstrato é desenvolvido. Há também o conjunto de disciplinas de história econômica, complementado por disciplinas de caráter mais social. E por último, as inúmeras disciplinas de análise econômica. Este conjunto amplo e fundamentado no pensamento científico forma um profissional com capacidade de ingressar em um mercado de trabalho ultra dinâmico, onde a formação geral é muito valorizada, justamente porque somente uma formação generalista pode se adaptar neste mundo de cenários tão díspares e incertos.

Neste sentido, e a título de conclusão, a monografia tem um papel fundamental e estratégico na formação do futuro economista, pois será com este exercício árduo e concentrado que ele irá sistematizar parte do seu conhecimento, mas, acima de tudo, irá aprender a realizar uma análise econômica e escrever de acordo com as regras e normas de uma redação científica. Este expertise em vez de ser abolido e “deletado” como custo, deve ser encarado como um investimento estratégico. A monografia cria um fator de maior competitividade e credibilidade do economista na sociedade brasileira.

\* Economista e professor do Instituto de Economista da UFRJ. Correio: nivalde@ufrj.br

## XVII Prêmio Anual de Monografia

### Temáticas sociais marcam Prêmio Celso Furtado

As questões sociais foram os focos de duas das monografias vencedoras do XVII Prêmio Anual de Monografia Economista Celso Furtado, cujas premiações foram entregues durante as comemorações do Dia do Economista deste ano, na inauguração do novo auditório do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ).

Foto Samuel Tosta



Pedro de Oliveira Guimarães, do Instituto de Economia da UFRJ, foi o primeiro colocado, com a monografia “Universalidade do SUS na década de 1990: mito ou realidade?”. Tendo como orientadora a professora Lena Lavinas, ele disse ter escolhido o tema pela importância direta que tem na qualidade de vida das pessoas. “A ideologia liberal tentou impor à sociedade brasileira que há um gasto excessivo na área social, especialmente, na Previdência, o que não é verdade”, disse. O segundo lugar ficou com Anna Cecília Jasmim de Aguiar, economista formada na UFF, e cuja monografia tratou do tema “Consumidor residencial de energia elétrica: uma análise quanto ao perfil, às mudanças comportamentais e ao potencial de energia elétrica”. Conversando com o JE, ela disse ter percebido que o grande potencial de conservação de energia variava bastante, de acordo com as classes de renda, e que apesar das famílias mais pobres terem equipamentos que poderiam ser substituídos, elas não têm condições financeiras de substituir esses equipamentos.

“A gente também observou que, nestas famílias, mesmo com ganhos de eficiência o consumo de energia poderia não ser diminuído porque ainda havia um consumo reprimido de energia elétrica, por ainda não terem tudo que gostariam de ter”, afirmou Anna Cecília, cuja orientadora foi a professora Claude Cohen.

### Médias e pseudônimos

O Prêmio de Monografia deste ano teve, pelo menos, duas características. A primeira foi a proximidade das notas médias finais. A terceira colocada, por exemplo, Luciana Pereira de Souza, também da UFF, cujo tema foi “O acesso das exportações agrícolas da América do Sul à União Européia”, obteve a média de 8,67, bem próxima à da segunda colocada (8,83), mas empatada com a quarta colocada, Camila Formozo Fernandes, que também obteve a mesma média (8,67), com o tema “A evolução da arrecadação dos royalties do petróleo no Brasil e seu impacto sobre o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro”.

O critério de desempate seguiu o regulamento da premiação, prevalecendo a maior nota dada pela coordenação da banca examinadora. A terceira colocada obteve 7,5, vencendo por meio ponto de diferença. Mas a margem estreita das médias do Prêmio de Monografia deste ano não ficou somente entre os quatro primeiros lugares. A quinta colocação obteve a nota média de 8,61, a sexta, 8,58, e o sétimo lugar obteve 8,44.

A outra característica foram os pseudônimos usados pelos recém formados, no ato de inscrição no Prêmio. Entre os sete primeiros colocados, quatro usaram nomes de grandes compositores da música clássica. A começar pelo primeiro colocado, Pedro de Oliveira Guimarães, cujo pseudônimo foi “Chopin”. O quarto lugar foi de “Beethoven”, “Mozart” foi o sexto e “Bach”, o sétimo. Mas não foram somente os grandes músicos que se destacaram nos pseudônimos. A conjuntura política e social do país também esteve presente nas escolhas. Entre os 15 primeiros classificados, apareceram “Aviação”, “Reservas” (no plural mesmo), “Idoso” e “Discriminação”.

# O golpe na educação

*“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no Brasil a máquina que prepara as democracias. Esta máquina é a escola pública.”*  
(Anísio Teixeira)

*“Investir na educação de um povo é o mais rentável dos investimentos”*  
(Divaldo Suruagy)

É senso comum classificar a educação como um “investimento” necessário e urgente em nosso país. Do grande empresariado ao mais humilde dos trabalhadores, do político mais direitista ao esquerdista, todos são unânimes em afirmar a educação como prioridade. Claro que os objetivos e as formas de aplicação deste “investimento” são diferenciados, mas todos querem mais escolas, mais alunos, mais ensino. Não sem motivo esse consenso em nossa sociedade se fez notar nas Constituições, desde a década de 30: todas definiram percentuais para a educação, inclusive, a de 1988, que determina a aplicação em ensino de um quarto do arrecadado em impostos, no mínimo.

Então por que o sistema educacional brasileiro não atinge os níveis de abrangência e qualidade necessários? Evidentemente, não temos a pretensão de esgotar a resposta neste espaço. Nosso objetivo é refletir, a partir dos dados orçamentários disponíveis, como a legislação está sendo cumprida no âmbito estadual e municipal.

A legislação que trata da responsabilidade do Estado brasileiro sobre a educação definiu que, prioritariamente, os municípios devem atuar no ensino fundamental e na educação infantil, e os estados no ensino fundamental e médio. À União cabe o financiamento das instituições de ensino federais e a função redistributiva e supletiva dos recursos.

Por educação, tomamos por base o que está definido nos dispositivos constitucionais e legais pertinentes. Para tanto, o gasto enfocado é o de Manutenção e Desenvolvimento em Ensino (MDE), consolidado pelos respectivos tribunais de contas do município (TCM) e do estado (TCE).

Acreditamos que esses dados são os mais aproximados do objetivo perseguido. É verdade que nem sempre concordamos com a interpretação dos tribunais sobre o quê considerar no cálculo do MDE. Acrescentamos também dados referentes ao número de matrículas numa tentativa de aproximar o dado orçamentário do serviço público ofertado. O

período abordado foram os exercícios financeiros de 2004 a 2006.

## Dados orçamentários do município

Em seguidos exercícios, o TCM apontou incoerências na apuração dos gastos com MDE. Ainda em 2004, por exemplo, a prefeitura continuava a contabilizar despesas com servidores inativos, que deveriam ser excluídos, segundo o artigo 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), que discrimina as despesas que não podem ser contabilizadas como MDE.

Entre 2004 e 2006, houve crescimento nominal das despesas com MDE: R\$ 1,2 bi; R\$ 1,34 bi; e R\$ 1,44, respectivamente. Todavia, o crescimento nominal não foi acompanhado por uma elevação do percentual de receitas utilizadas com MDE. Em 2004, a prefeitura não atingiu o limite mínimo de 25% (menos R\$ 51 milhões), considerando a totalidade das fontes de receitas indicadas na contabilização do TCM, mas ignoradas no demonstrativo feito por ela, naquele ano. Em 2005 e 2006, ela ultrapassou o limite mínimo em 0,28% e 0,19%, respectivamente. Além disso, o crescimento total das receitas despendidas com MDE, entre 2003 e 2006, foi superior ao crescimento das despesas.

As receitas que formam a base de cálculo para o mínimo constitucional passaram de R\$ 4,22 bi, em 2003, para R\$ 5,72 bi, em 2006, um crescimento de 36%. As despesas, por sua vez, passaram de R\$ 1,14 bi, em 2003, para R\$ 1,44 bi, crescimento de 26%.

Ilustramos, na tabela 1, as despesas e receitas citadas. Fizemos a distinção entre despesas custeadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), instituído pela Lei 9.424, de 24/12/1996, e as demais fontes. Para avaliação das receitas totais que compõem a base de cálculo para o mínimo constitucional, classificamos as diferentes fontes: impostos próprios, transferências estaduais e federais e recursos do Fundef.

Destacamos que a maior parte das despesas ainda foi custeada por recursos do Fundef, embora a parcela dos recursos deste fundo regreda, anualmente. Das despesas em MDE, os recursos do Fundef representaram 54,7%, em 2004; 51,7%, em 2005; e 50,4%, em 2006.

## Dados orçamentários do estado

Os dados do dispositivo constitucional foram obtidos a partir dos Pareceres Prévios do TCE às Contas de Gestão. É preciso ressaltar que o TCE, a partir de 2004, considera merenda escolar como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino. Porém, como essa inclusão não está de acordo com o que reza o §4º do artigo 212, da Constituição Federal, e com o Inciso IV do Art. 71, da LDB da Educação Nacional (Lei 9.394/96), para esta análise os gastos com alimentação e nutrição foram retirados do total de gastos com MDE.

Tabela 1

Receitas Arrecadadas	2004	%	2005	%	2006	%
Impostos municipais	2.838.604.638	56,3	2.982.633.725	55,4	3.244.809.964	56,7
Transferências estaduais	1.260.301.533	25,0	1.306.730.631	25,5	1.383.572.804	24,1
Transferências federais	294.794.619	5,8	326.296.636	6,0	347.588.685	6,0
Fundef	644.698.019	12,8	692.981.994	12,9	746.178.772	13,0
Total considerado (A)	5.038.398.809	100	5.308.642.986	100	5.722.150.224	100
Despesas Realizadas, segundo TCM (B)	1.207.942.019		1.341.837.869		1.441.166.549	
Percentual aplicado MDE (B/A)	23,97%		25,28%		25,19%	

Fonte: Relatório e parecer do TCM (2004; 2005 e 2006).

Em 2004, o estado gastou, em MDE, R\$ 3,421 bilhões, o que representou um percentual aplicado de 25,52%. Já em 2006, foram gastos R\$ 3,777 bilhões, um percentual de 24,53%, abaixo, inclusive, do limite constitucional. A queda do percentual aplicado ocorreu porque as despesas não acompanharam o ritmo de crescimento das receitas que compõem a base de cálculo. Enquanto estas últimas cresceram 34%, os gastos subiram apenas 14% (tabela 2).

Ao contrário do município carioca, menos da metade das despesas foi custeada por recursos do Fundef. Entretanto, a parcela dos recursos deste fundo tem progredido, anualmente. Os recursos do Fundef representaram 45,4% (2004); 46,0% (2005); e 46,8% (2006) das despesas em MDE.

Comparando o valor gasto em MDE, nos últimos quatro anos, com a despesa executada é possível perceber que a participação do dispositivo constitucional no total do orçamento caiu de 13,1%, em 2003, para 11,07%, em 2006. Esta comparação confirma a tendência de redução dos recursos destinados ao MDE.

## Educação e população

Os gastos com MDE têm um efeito de externalidade sobre toda a população, não só porque a educação é primordial para a construção de uma sociedade justa e democrática, mas também porque as despesas têm como alvo direto as crianças que cursam as escolas e os jovens e adultos, que não tenham completado o ciclo de ensino na idade apropriada. Por essa razão, procedemos à análise do gasto per capita com MDE, ilustrado na tabela 3:

Observa-se que o crescimento do gasto per capita municipal (2006/2004 = 17,6%) é mais acelerado do que o estadual (2006/2004

**Tabela 2**

Receitas Arrecadadas	2004	%	2005	%	2006	%
Impostos estaduais	11.173.625.968	83,3	11.491.284.167	82,6	12.805.856.113	83,1
Transferências federais	681.766.414	5,1	796.425.630	5,7	828.129.961	5,4
Fundef	1.552.880.603	11,6	1.615.938.234	11,6	1.767.430.102	11,5
Total (A)	13.408.272.985	100,0	13.903.648.031	100,0	15.401.416.176	100,0

Despesas com MDE, segundo TCE (B)	3.509.867.340		3.609.529.154		3.865.601.336	
Despesas com MDE, sem Merenda Escolar (C)	3.421.286.157		3.516.884.069		3.777.566.046	
Percentual aplicado MDE (B/A) – TCE	26,18%		25,96%		25,10%	
Percentual aplicado MDE (C/A) – ajustado	25,52%		25,29%		24,53%	

**Tabela 3**

	2004	2005	2006			
	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal	Estadual
População	6.051.399	15.203.750	6.094.183	15.383.407	6.136.652	15.561.720
Valor total gasto com MDE	1.207.942.019	3.421.286.157	1.341.837.868	3.516.884.069	1.441.166.549	3.777.566.046
Gasto per capita	199,61	225,03	220,18	228,62	234,85	242,75

Fonte: IBGE

= 7,9%), embora o estado tenha uma aplicação superior em todos os exercícios considerados.

## Os produtos

Utilizamos o número de matrículas como indicador da aplicação dos recursos em MDE. Os dados são do censo escolar do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. (<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>) (ver tabela 4).

Observa-se comportamento oscilante e até contraditório entre os números referentes ao total de alunos matriculados. Salientamos o seguinte:

- Queda da participação do PPM, no município;
- Queda do número de matrículas no estado. No entanto, o que chama mais atenção é a queda de matrículas do ensino médio – atuação prioritária dos estados;
- Crescimento significativo no número de matrículas no município.

Não nos cabe nesse espaço avaliar as causas da variação no número de matrículas. Mas cabe ressaltar que nos últimos anos houve

uma queda bastante expressiva no montante de investimentos em Educação nos dois entes federativos. Talvez aí esteja a razão para a redução na oferta de matrículas pelos poderes públicos estadual e municipal. Adicionalmente, o TCM alerta para a falta de professores e o excessivo número de duplas regências, outra consensual causa de má qualidade de ensino.

## A diferença entre a intenção e o gesto

Conforme foi demonstrado, os governos estadual e municipal gastam em educação apenas o mí-

nimo necessário para se cumprir uma determinação legal. Ou seja, é através da vinculação constitucional que se garantem os recursos, e não de vontade política. Todavia, o mais grave (e vergonhoso) são os descumprimentos do mínimo exigido – ora são introduzindo gastos não previstos como ensino, ora são retiradas receitas oriundas de impostos no somatório de recursos considerados no cálculo – o município, em 2001 e em 2004 (ajustado), e o estado, em 2006. Parece que a concordância sobre a educação ser prioridade não alcança os governantes.

**Tabela 4**

ANO	Total de Matrícula do Poder Público Municipal (PPM)	Total de Matrícula no Município do Rio de Janeiro (MRJ)	Participação do PPM
2004	754.071	1.180.880	63,9%
2005	761.701	1.178.395	64,6%
2006	753.881	1.501.106	50,2%

ANO	Total de Matrícula do Poder Público Estadual (PPE)	Total de Matrícula no Estado do Rio de Janeiro (ERJ)	Participação do PPE
2004	3.396.829	4.334.098	78,4%
2005	3.399.170	4.333.151	78,4%
2006	3.368.861	4.225.696	79,7%

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do CORECON-RJ e de consultores.

Coordenação geral: conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello – Supervisão técnica: economista Luiz Mario Behnken

Consultores: economista Fernanda M-J Náder Garavini, assessora do vereador Eliomar Coelho (PSOL) e economista Paula Mota, assessora do Gabinete da Liderança do PT na Alerj.

Assistente do FPO-RJ/Corecon-RJ: Estudante de Economia Camila Barbosa.

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br – Portal: [www.fporj.blogspot.com.br](http://www.fporj.blogspot.com.br) e [www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br)

## Prêmio de Jornalismo 2007 será aberto também a economistas

■ O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro está lançando o IV Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico. Nesta quarta edição uma novidade: o prêmio vai ser aberto também a artigos publicados na imprensa escrita por economistas, além de matérias e reportagens publicadas por jornalistas profissionais.

A premiação será para reportagens, artigos e matérias publicadas em jornais impressos com circulação no estado do Rio de Janeiro, no período de 30 de setembro de 2006 a 30 de novembro de 2007. Os primeiros colocados em cada categoria (jornalista e economista) receberão o prêmio de R\$ 3 mil, cada. Para o segundo lugar,



R\$ 2 mil reais a cada categoria.

Edital e regulamento estarão disponíveis no Portal dos Economistas – [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br) ou na sede do Conselho.

## Rio foi sede de Encontro de Perícia



Encontro trouxe ao Rio economistas de 19 estados.

■ O Rio de Janeiro foi sede do I Encontro Brasileiro de Perícia Econômico-Financeira, que reuniu dezenas de economistas de 19 estados brasileiros e representantes e membros de 16 Conselhos Regionais de Economia. A atuação e capacitação do economista perito e auditor, legislação, normatização e fiscalização foram os temas deste encontro, que teve a coordenação geral do presidente do Co-

recon do Paraná, Sérgio Guimarães Hardy.

O Encontro, que passará a ser realizado anualmente, foi uma realização em parceria do Cofecon com os Conselhos Regionais de Economia do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, mais a Federação Nacional dos Economistas e a Ordem dos Economistas do Brasil. Ficou decidido que o II Encontro será em São Paulo.

## Economistas perdem Sylvio Wanick

Faleceu no início de setembro o economista Sylvio Wanick Ribeiro, que durante muitos anos dirigiu o Centro de Estudos Agrícolas, do Instituto Brasileiro de Economia

da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). No dia 7, data da Independência do Brasil, o jornal O Globo publicou, em seu obituário, a nota acima: Sylvio era um dos 20 universitários que, em 1947, reunidos na então sede da UNE, no Rio, criou a Central Pró-Regulamentação da Profissão de Economista. Na edição de agosto de 2001 deste JE, ele narrou parte das memórias daquela epopéia que resultaria, em 13 de agosto de 1951, na Lei 1.411, que regulamentou, enfim, a profissão. Era, portanto, um pioneiro. A ele o nosso carinho e nossas saudades.

### SYLVIO WANICK RIBEIRO

Morreu. Deixou esta mensagem de adeus aos seus amigos e parentes, para ser publicada depois da incineração de seu corpo, o que se deu no dia 08 de setembro, no Cemitério do Caju.

## Eleições no Corecon-RJ

As eleições para os novos conselheiros do Corecon-RJ serão realizadas no próximo dia 31 de outubro, das 9h às 18h. Veja a íntegra do edital no portal dos economistas: [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br)

## Agenda de cursos

### MATEMÁTICA FINANCEIRA AVANÇADA

(de 15 de outubro a 28 de novembro de 2007 - todas as segundas e quartas-feiras - 18h45 às 21h30 - Curso de 42 horas-aula)  
Professora Sílvia dos Reis Alcântara Duarte  
Para economistas registrados: R\$ 452,00 (ou 4 x de R\$ 113,00)  
Para estudantes: R\$ 360,00 (ou 4 x de R\$ 90,00)  
Para outros profissionais e economistas não registrados: R\$ 520,00 (ou 4 x de R\$ 130,00)

### ENERGIA: VIABILIDADE ECONÔMICA EM PROJETOS DE PETRÓLEO

(16 de outubro a 6 de dezembro - às terças-feiras - de 18h45 às 21h30 - Curso de 12 horas-aula)  
Professor: Leonardo Cezar Rocha Neves  
Para economistas registrados: R\$ 180,00 (ou 4 x de R\$45,00)  
Para estudantes de Economia: R\$144,00,00 (ou 4 x de R\$36,00)  
Para economistas não registrados: R\$208,00 (ou 4 x de R\$52,00)

### SISTEMAS COMPARADOS DE SAÚDE:

#### AS CONTRADIÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

25 de outubro, 8, 22 e 29 de novembro - quintas-feiras - de 18h45 às 21h  
Professor Carlos Octavio Ocké-Reis  
25 de outubro – O modelo liberal / 8 de novembro  
O modelo Beverediano / 22 de novembro – O modelo bismarkiano  
29 de novembro – O Sistema Único de Saúde - SUS

### AMÉRICA LATINA: REVOLUÇÕES E CONTRA-REVOLUÇÕES

8 de outubro a 26 de novembro – às segundas-feiras de 18h45 às 22h  
Curso em oito sessões com professores de História, Economia, Cinema e Sociologia da Universidade Federal Fluminense – Preço único: R\$300,00 ou 4 x R\$80,00

Chile – 08/10 – A Batalha do Chile – I Patrício Guzmán-diretor  
Cuba – 15/10 – Memórias do Subdesenvolvimento – Tomás Gutierrez Alea-diretor  
Argentina – 22/10 – História Oficial – Luis Puenzo-diretor  
Venezuela – 29/10 – A Revolução não será Televisada  
Kim Bartley e Donnacha O'Briain-diretores  
Bolívia – 5/11 – A Guerra do Gás – Carlos Pronzato-diretor  
Brasil – 12/11 – O Bom Burguês – Osvaldo Caldeira-diretor  
Nicarágua – 19/11 – Sob fogo cerrado – Roger Spottifwoode-diretor  
Peru – 26/11 – A boca do lobo – Francisco J. Lombardi-diretor

Para maiores informações, consulte o link cursos na página: [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br) ou ligue: (21) 2103-0118 e 2103-0119